

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1604921 - PR
(2019/0313203-4)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : JOAO NALEVAIKO
AGRAVANTE : CLOTILDE FLORIANO NALEWAIKO
AGRAVANTE : JOAO ANTONIO CHERUBIM
AGRAVANTE : ILAIDE RIBEIRO CHERUBIM
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS NETO - PR008218
AGRAVADO : VIVALTE INACIO DE MORAES
AGRAVADO : NOEMI ASSUNÇÃO
ADVOGADOS : HÉLDER GONÇALVES DIAS RODRIGUES -
PR022040
DANIELA APARECIDA RODRIGUES - PR065231
MESSIAS RODRIGUES - PR002445
INTERES. : MARCEL CHERUBIM JUNIOR
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO BIANCHINI CARVALHO -
PR069755

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS PELO ART. 932, III, NCPC (ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73). AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. Não se mostra viável o agravo em recurso especial que, apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art. 932, III, do NCPC (art. 544, § 4º, I, do CPC/1973), não impugna os fundamentos da respectiva inadmissibilidade (incidência das Súmulas nºs 282 do STF e 211 do STJ).

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro
Relator